



Aniversário da Libertação de Jerusalém

"Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, que minha mão direita perca a sua destreza", disse o salmista (Salmos, 137: 5-6) e este tem sido o mantra que manteve o alento dos judeus, em todos os seus exílios, ao longo dos tempos.

A Guerra dos Seis Dias

Esta guerra eclodiu seguindo-se a um período de crescente campanha anti-Israel, em todo o Oriente Médio, durante os meses de abril e maio de 1967. Em 15 de maio, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser ordenou a retirada das Forças de Paz Emergenciais das Nações Unidas estacionadas no Sinai e, logo a seguir, fechou o Estreito de Tirã à navegação de Israel, desafiando as leis internacionais. Em 31 de maio, o Egito havia deslocado 100.000 homens, 1.000 tanques e 500 peças de artilharia pesada para o Sinai. O Egito e a Jordânia tinham assinado um acordo militar de defesa e a Síria, Jordânia e Iraque haviam convocado seus exércitos. O Kuwait, Arábia Saudita, Sudão e Argélia tinham enviado tropas e armamentos. Israel viu-se cercado por um contingente de cerca de 250.000 soldados, mais de 2.000 tanques e 700 aviões de combate. O Presidente Aref, do Iraque, declarou: "Nosso objetivo é claro: varrer Israel do mapa". Em 4 de junho, Israel defrontava-se com o inimigo em três frentes.

Com a declaração de neutralidade por parte dos EUA e a imposição de um embargo de armas na região, em conjunto com a França – enquanto que a ex-URSS armava maciçamente os árabes – e os israelenses eram cada vez mais isolados na arena internacional, o brado pela aniquilação de Israel não era uma ameaça sem fundamento. Na manhã de 5 de junho, a Força Aérea de Israel, antecipando-se a qualquer ação do inimigo, destruiu praticamente toda a Força Aérea Egípcia. Os tanques israelenses cruzaram o Sinai até a margem oriental do Canal de Suez. Em 5 de junho, a Jordânia atacou Israel.

A 7 de junho, os soldados israelenses derrubaram as muralhas da Cidade Velha de Jerusalém. Correndo cegamente, esses soldados dirigiram-se ao Muro das Lamentações, chorando como crianças ao abraçar suas pedras ancestrais. Após escalar o Muro, soaram as palavras eletrizantes do Comandante Motta Gur: "O Monte do Templo está em nossas mãos! O Monte do Templo está em nossas mãos!"

Sob ocupação jordaniana

A Cidade Velha de Jerusalém foi ilegalmente anexada à Jordânia em 1950, após ter sido ocupada pela Legião da Jordânia, em 28 de maio de 1948 – uma anexação reconhecida apenas pela Grã Bretanha e pelo Paquistão. As duas



partes da cidade foram divididas com arame farpado e campos minados, enquanto os soldados jordanianos atiravam a esmo nos cidadãos israelenses do alto das antigas muralhas sagradas. Todos os israelenses – judeus, muçulmanos e cristãos – tiveram sua entrada proibida na Cidade Velha, em flagrante violação do Acordo de Armistício entre Israel e Jordânia, assinado em março de 1949. Os turistas estrangeiros em visita a Jerusalém geralmente tinham que apresentar a certidão de batismo. Durante todos esses anos, todos os vestígios da presença judaica na cidade foram sistematicamente abolidos. Construiu-se uma estrada que cortava o antigo cemitério judaico no Monte das Oliveiras, usando-se suas lápides para pavimentar os pisos nos acampamentos militares e nas latrinas. Cinquenta e oito sinagogas, incluindo a Sinagoga Hurva, de 700 anos de construída, na Cidade Velha, foram praticamente violadas e destruídas. Negou-se o acesso aos judeus a seus lugares sagrados, especialmente ao Muro das Lamentações. E os israelenses muçulmanos também se viram impedidos de ter acesso às mesquitas na Cidade Velha de Jerusalém.

Quando Israel libertou Jerusalém, o Governo promulgou a Lei de proteção dos Lugares Santos, garantindo liberdade de acesso e culto aos locais sagrados de todas as fés e denominações, além de autonomia interna a vários grupos religiosos para administrarem suas respectivas propriedades e locais de culto. O Knesset estendeu jurisdição israelense a Jerusalém Oriental, dessa forma unificando a cidade sob governo de Israel e colocando um fim à legislação discriminatória. Os israelenses agiram com rapidez para normalizar os direitos aos muçulmanos de orar no Monte do Templo, apesar do fato de que este seja o mais sagrado dos locais para a religião judaica. Hoje em dia, o Wakf, que administra o Monte do Templo, proíbe os judeus de orarem nesse local sagrado.

Jerusalém na História Judaica

Jerusalém está indissolúvelmente ligada ao povo judeu. Seu status especial para a tradição judaica remonta a cerca de 4.000 anos quando D'us conclamou Abraham a sacrificar Isaac no Monte Moriá – local posterior do Templo. Em 1004 a.E.C., David fez da cidade a capital de seu reino e seu filho, Salomão, lá construiu o Templo Sagrado. A cidade permaneceu como capital da dinastia de David durante 400 anos, até ser conquistada e destruída pelo babilônios, em 586 a.E.C. Com o beneplácito da Pérsia, que conquistara a Babilônia, os judeus tiveram permissão de retornar à Terra de Israel e, 70 anos mais tarde, reconstruir sua Cidade Sagrada e o Templo de Jerusalém. A cidade continuou sendo o ponto de convergência da cultura e da religião judaica durante os cinco séculos e meio que se seguiram. Quando o Império Selêucida-helenístico violou o Templo, irrompeu a revolta dos Macabeus (em 167 a.E.C.), sendo restaurada a independência judaica, tendo por sede Jerusalém. No ano de 63 a.E.C., o Império Romano conquistou Jerusalém. Depois de sofrerem opressão religiosa,



os judeus rebelaram-se contra Roma, no ano 70 desta Era, sendo destruída Jerusalém e seus habitantes exilados e escravizados, em várias partes do vasto Império Romano. Em 136 da E.C., após a Revolta de Bar Kochba, o Monte do

Templo foi arrasado pelos romanos. Jerusalém foi reconstruída como uma cidade pagã – tendo o seu nome trocado para Aelia Capitolina – na qual os judeus tinham a sua entrada proibida.

Ao longo de todos os períodos subseqüentes de ocupação estrangeira em Jerusalém – romanos (até 324 E.C.), bizantinos (324-614), persas (614-638), árabes muçulmanos (638-1099), cruzados europeus (1099-1291), mamelucos (1291-1516), turcos otomanos (1516-1917) e britânicos (1917-1948), a presença judaica e a íntima ligação com Jerusalém foram constantes e duradouras. Desde 1844 (quando se realizou o primeiro recenseamento público oficial), os judeus sempre constituíram o maior grupo étnico da cidade.

Jerusalém é mencionada mais de 800 vezes na Bíblia; e tem 70 nomes na literatura pós-bíblica.

A destruição de Jerusalém é comemorada em rituais sem conta, orações, em dias de jejum (o mais sombrio dos quais, Tishá Be'Av, coroa um período de três semanas de luto). Os judeus, em todo o mundo, fazem suas orações voltados para Jerusalém. Quebra-se um copo na cerimônia de casamento, pois nenhuma alegria pode se completa enquanto o Templo Sagrado de Jerusalém não for reconstruído. Os judeus muito religiosos deixam um quadrado de reboco sem acabamento, ao construir uma casa nova, "em memória da destruição do Templo". As orações do Seder de Pessach e de Yom Kipur culminam com o desejo fervoroso de que "no ano próximo, estejamos em Jerusalém!"

Conta-se que Napoleão, por acaso, entrou em uma sinagoga no dia de Tishá Be'Av. Viu os judeus sentados no chão, no escuro, chorando, inconsoláveis. Ao lhes perguntar a razão para aquele pesar, recebeu a resposta de que estavam de luto pela destruição de Jerusalém. "Quando isso se deu?", perguntou Napoleão. "Há dois mil anos", responderam. "Um povo que se recorda de sua terra durante dois mil anos, certamente para lá há de retornar", teria respondido o Imperador.